

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA**  
**CURSO DE MUSEOLOGIA**

**IRINEIA FREITAS DOS SANTOS**

**TOMBAR PARA NÃO TOMBAR: ANÁLISE DO PROCESSO DE TOMBAMENTO DA  
CASA DE CLARICE LISPECTOR**

**RECIFE**

**2022**

IRINEIA FREITAS DOS SANTOS

TOMBAR PARA NÃO TOMBAR: ANÁLISE DO PROCESSO DE TOMBAMENTO DA  
CASA DE CLARICE LISPECTOR

Monografia de Conclusão de Curso apresentado ao  
Programa de Graduação do Departamento de  
Antropologia e Museologia – Curso de Museologia,  
como requisito parcial para aprovação na disciplina  
de Trabalho de Conclusão de Curso II.

Orientador Professor Doutor Bruno de Melo Araújo.

RECIFE

2022

IRINEIA FREITAS DOS SANTOS

**TOMBAR PARA NÃO TOMBAR: ANÁLISE DO PROCESSO DE TOMBAMENTO DA  
CASA DE CLARICE LISPECTOR**

Monografia de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação do Departamento de Antropologia e Museologia – Curso de Museologia, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharela em Museologia.

Recife, de maio 2022

BANCA EXAMINADORA

---

Professor Dr. Bruno de Melo Araújo (Orientador)

---

Professor Dr. Hugo Menezes Neto

---

Professor Me. Rômulo José Benito de Freitas Gonzales

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe que possibilitou minha existência e sempre vibra com todos os meus projetos.

Ao meu filho amado que está sempre comigo.

À Sérgio, quem a vida mimoseou-me com o amor, que esteve presente me apoiando em todos os momentos.

À Ana Carina de Freitas a comadre de todas as horas.

À Mell Borba e Ari Souza Amaro, minhas irmãs.

Ao corpo docente do curso de Museologia.

À Bruno de Melo Araújo, meu professor e orientador, pela orientação para a realização deste trabalho.

Aos professores Hugo Menezes e Rômulo Gonzales, por terem aceitado o convite e fazer parte da banca.

À minha turma com carinho.

Aos amigos que a Museologia trouxe para mim: Camila Maria dos Santos, Débora Eduarda de Moura, Karyna Pestana, Manoela Edna Lima, Mariana Jucá, Micael Guilherme Correia, Rosimere Soares.

*Como se enfim o mundo se abrisse de botão que  
era em grande rosa escarlate. Como se as ruas e  
praças do Recife enfim explicassem para que  
tinham sido feitas.*

*Clarice Lispector*

*In: Felicidade Clandestina*

## **RESUMO**

A discussão sobre processo de patrimonialização de bens imóveis tem se tornado cada vez mais recorrente na sociedade atual, num esforço para preservar os bens considerados como culturais. Para compreender quais critérios serão adotados para selecionar dentre tantos imóveis, e quais serão eleitos como mais ou menos importantes para serem tombados, devemos considerar em nossa análise os aspectos dos conceitos de tombamento, patrimonialização e memória como forma basilar para nortear as reflexões geradas, através de pesquisa qualitativa com análise documental da legislação patrimonial vigente e para procurar entender de forma mais clara possível esses procedimentos, tomamos como estudo de caso o processo de tombamento da Casa de Clarice Lispector. Desde sua solicitação até seu deferimento, é possível discutir os diversos aspectos determinantes para a aprovação do processo. A escolha se justifica pela relevância dela como escritora de reconhecimento nacional e internacional, das características arquitetônicas do imóvel e por um grupo de intelectuais acadêmicos e da literatura local. Outro aspecto de relevância a ser mencionada é que a sociedade não esteve presente ativamente neste processo, visto que um bem cultural deve fazer parte de sua memória individual e coletiva.

**Palavras-chave:** Memória; Patrimonialização; Bem cultural; Legislação patrimonial

## **ABSTRACT**

The discussion about the process of patrimonialization of real estate has become increasingly recurrent today, to preserve the assets considered as cultural. To understand which criteria will be adopted to select among so many properties, and which will be elected as more or less important to be listed, we must consider in our analysis the aspects of the concepts of listing, patrimonialization and memory as a basic way to guide the reflections generated, through of qualitative research with documental analysis of the current patrimonial legislation and in order to try to understand these procedures as clearly as possible, we took as a case study the process of listing the Clarice Lispector House. From its request to its approval, it is possible to discuss the various aspects that determine the approval of the process. The choice is justified by her relevance as a writer of national and international recognition, the architectural features of the property and a group of academic intellectuals and local literature. Another relevant aspect to be mentioned is that society was not actively present in this process since a cultural asset must be part of its individual and collective memory.

Keywords: Memory; Patrimonialization; Cultural Goods; Heritage legislation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Sobrado Nº 387, em 1895. Fonte: Exame Técnico Tombamento da Casa de Clarice Lispector 2020. ....	22
Figura 2 – Foto panorâmica da Praça Maciel Pinheiro e o sobrado Nº 387 com as adequações do telhado. Fonte: Exame Técnico Tombamento da Casa de Clarice Lispector 2020. Foto de Benício Dias – Museu da Cidade do Recife. Fotos/d.....	22
Figura 3 – Mapa da ZEPH – 8, Bairro da boa Vista, 2007 – Prefeitura da Cidade do Recife – PCR. Fonte: Exame Técnico Tombamento da Casa de Clarice Lispector 2020. ....	23
Figura 4 – Mapa da ZEPH ampliado, Bairro da boa Vista, 2007 – Prefeitura da Cidade do Recife – PCR. Fonte: Exame Técnico Tombamento da Casa de Clarice Lispector 2020.....	23
Figura 5 – A família Lispector. Da esquerda para a direita: Marieta, Clarice e Pedro (sentados); Elisa e Tania (em pé). Recife, década de 1920. Fonte: Exame Técnico Tombamento da Casa de Clarice Lispector 2020.....	26
Figura 6 – Rua da Imperatriz s/d, provavelmente início do século XX. Fonte: Exame Técnico Tombamento da Casa de Clarice Lispector 2020.....	27
Figura 7 – Posta da Praça Maciel Pinheiro, s/d. Detalhe da linha do bonde, coreto e fonte em frente ao sobrado Nº 387. Fonte: Exame Técnico Tombamento da Casa de Clarice Lispector 2020.....	27
Figura 8 – Clarice Lispector na Praça do Derby em 1930. Fonte: Exame Técnico Tombamento da Casa de Clarice Lispector 2020.....	30
Figura 9 – Foto de formatura do ginásial do colégio Silvio Leite em 1936. Fonte: Exame Técnico Tombamento da Casa de Clarice Lispector 2020.....	30

## **LISTA DE INSTITUIÇÕES PESQUISADAS**

Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE

Site da FUNDARPE – [www.cultura.pe.gov.br/fundarpe](http://www.cultura.pe.gov.br/fundarpe)

Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural – DPPC- da Prefeitura da Cidade do Recife – PCR

Site da PCR – [www.dppc.recife.pe.gov.br/dppc](http://www.dppc.recife.pe.gov.br/dppc)

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

DPPC	Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural.
FUNDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco.
GGPPC	Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural.
IPHAM	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
PMR	Prefeitura Municipal do Recife
SPHAN	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

## **SUMÁRIO**

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. RITO PARA TOMBAMENTO.....	18
2.1 PATRIMÔNIO: IDENTIDADE OU CONSTRUÇÃO DE NARRATIVA?.....	19
2.2 EXAME TÉCNICO DO TOMBAMENTO.....	24
3. RECIFE ESTÁ NA MEMÓRIA DE CLARICE, MAS CLARICE .....	25
3.1 DIAS MELHORES .....	25
3.2 O BAIRRO DA BOA VISTA, UMA EXTENSÃO DA CASA .....	27
3.3 TOMBOU. E AGORA? .....	31
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	33
5. REFERÊNCIAS .....	34

## INTRODUÇÃO

Na legislação brasileira o tombamento funciona como uma ferramenta de proteção para os bens móveis ou imóveis que por sua vez possuam valor cultural para a sociedade. É um processo administrativo e pode ser conduzido nas esferas de governo municipal, estadual e federal. Pode ser reivindicado por qualquer pessoa física ou jurídica, que justifique a relevância do imóvel como bem cultural.

O tombamento realizado em bens culturais isoladamente ou em conjunto e as áreas em seu entorno passam a ter limitações quanto à possibilidade de construções e alterações das suas características paisagísticas e arquitetônicas originais.

O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias. (IPHAN, 2020)

O processo de tombamento pode ser solicitado junto aos órgãos competentes por qualquer cidadão. Na avaliação para conferência do valor patrimonial do bem diversos critérios são adotados e é possível que, em alguns casos, os bens avaliados não sejam considerados patrimônio cultural passíveis de tombamento.

Dessa forma, é sempre interessante observar quais os critérios e valores associados a escolha de um bem como patrimônio cultural. Quais são os critérios para a escolhas desses bens culturais no âmbito municipal e estadual? É importante refletir se apenas os valores de importância cultural são determinantes, ou se a vontade política pode interferir a ponto de determinar a aprovação.

Esta pesquisa busca compreender, à luz da legislação patrimonial vigente no estado de Pernambuco como se dá o processo de tombamento de casas nessa esfera de governo. Para discutir quais são os valores levados em consideração para que uma casa possa ser elevada ao *status* de bem cultural ao ponto de ser tombada e os posteriores usos desses bens culturais.

Baseando-se nos valores e motivações considerados para a escolha dessas casas que já foram tombadas no estado, será possível fazer um análise comparativa dos critérios apresentados para a aprovação do processo de tombamento.

Para que se possa compreender com profundidade como ocorre o processo de tombamento, adotamos como estudo de caso o processo de tombamento da casa de Clarice Lispector, situada na Praça Maciel Pinheiro esquina cm a Travessa do Veras, no bairro da

Boa Vista, esse processo iniciou-se no ano de 2017, mediante requerimento da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE.

Vale salientar que já havia uma solicitação anterior, na data de 20 de novembro de 1984 foi solicitado à FUNDARPE o tombamento da casa de Clarice Lispector, por José Luiz Melo com a justificativa de sua relevância histórico, cultural e arquitetônico e para então resguardá-la da destruição pelo descaso e pelo tempo.

A FUNDARPE tem, entre outras funções, investigar quais os critérios foram considerados para que fosse dado início o processo, qual a sua potência histórica cultural para possível deferimento do processo e se trará possíveis benefícios para a comunidade do seu entorno e se sim, quais seriam eles.

Acreditamos que com esta pesquisa podemos dar visibilidade às ferramentas legais de proteção dos bens culturais em nível de tombamento, assim como, das estratégias utilizadas para garantir que o mesmo seja reconhecido do ponto de vista legal, para que a sociedade civil possa através do conhecimento de como ocorrem esses processos ter maior possibilidade de se posicionar contra ou a favor da patrimonialização por meio de tombamento de algum bem imóvel. Questionar se a vontade da sociedade civil pode ser decisiva na aprovação de um processo de tombamento e quais são os agentes que de fato determinam o deferimento ou indeferimento.

Ao percorrer o processo de tombamento de casas em Pernambuco, buscamos refletir o que as legitima como bem cultural tombado, quais seus usos, sua representatividade sócio-cultural para os habitantes de seu entorno. Existem casas tombadas na cidade do Recife que tiveram seus processos de tombamento realizados a partir da FUNDARPE, como é o caso da Casa de Clarice Lispector.

Nesse trabalho também discutimos se os órgãos responsáveis desempenham o papel de preservar essas casas, a partir da observação dos seus aparentes estados de degradação, quais critérios, procedimentos e encaminhamentos são adotados por esses órgãos como forma de proteção. A casa de Clarice Lispector tem potência suficiente para ser patrimonializada, quais seriam seus usos, o que poderia trazer de bom para a cidade, o tombamento é garantia de preservação dessa casa? Visto que existem outras casas no estado em que residiram personalidades importantes para a história do estado e não foram patrimonializadas, algumas até em situação de abandono, como é o caso da própria casa de Clarice Lispector, cuja discussão trazemos para esse trabalho.

É necessário que um bem cultural reconhecido, cause sentimento de pertencimento nos habitantes da comunidade do seu entorno, e que esta representatividade seja para além da

afetividade, e possa trazer benefícios culturais e sociais. As pessoas não conhecem muito bem Clarice Lispector como uma escritora de leituras do cotidiano delas, muitos só de nome, logo não se sentirão representadas naquele imóvel escolhido como espaço de relevância cultural.

O uso da casa de Clarice Lispector como espaço de leitura pode trazer uma perspectiva estímulo ao uso da literatura. No nosso entendimento o tombamento seria garantia de investimentos para que a casa seja restaurada e assim receba alguma função de uso para a sociedade.

Estudos sobre bens culturais e os mecanismos de patrimonialização, sobretudo o processo de tombamento como forma de preservação de bens culturais imóveis, como é o caso da casa de Clarice Lispector, devem ser realizados no sentido de compreender o seu processo de reconhecimento e impacto no tecido social urbano, no tocante aos usos dados aos bens patrimonializados.

Esta temática vem se tornando cada vez mais necessária, tendo em vista o crescente abandono de casas, imóveis, locais de memória, entre outros bens de relevância histórica, artística e arquitetônica, pelos governos em todos os níveis, seja ele Federal, Estadual e Municipal.

Trazer esse tema para discussão se justifica pela necessidade do entendimento de como são realizados os processos de tombamento de casas no estado de Pernambuco considerando a legislação vigente. E o porquê da inclinação deste projeto, ser o processo de tombamento da casa de Clarice Lispector, foi a princípio uma escolha direcionada pelo gosto particular por suas obras e pela escritora, que possui relevância na literatura nacional e internacional.

Por outro lado, além da própria importância da escritora, precisamos delinear um estudo que busque entender se apenas esse fator dessa ser a casa onde Clarice Lispector viveu a infância – é mesmo suficiente para que o referido imóvel ascenda ao *status* de bem tombado.

Enfatizando que patrimonializar um imóvel, se faz necessário não apenas pela relevância histórica desta escritora e sua ligação sentimental com a cidade do Recife. É imprescindível levar em consideração que tipo de relação a história dela e desse bem possui com a cidade e se trará benefícios.

Talvez buscar entender essa compatibilidade da cidade com as suas escolhas seja uma forma de compreender a legislação vigente em seus múltiplos aspectos, os motivos que realmente levaram à escolha e se há benefícios para a população da cidade ou se atende apenas aos interesses políticos, portanto este estudo pode nos trazer novos questionamentos que ainda desconhecemos, ou apenas confirmar nossas hipóteses iniciais.

Esses processos estão diretamente ligados à memória e esquecimento, à medida que uns imóveis são escolhidos para ser memoráveis, outros tantos são largados ao abandono e esquecimento. Se faz necessário construir uma visão crítica das motivações para as tais escolhas e se elas dão conta da necessidade de preservar os bens culturais imóveis.

Memória e poder exigem-se. Onde há poder, há resistência, há memória e esquecimento. O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento de sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável. (CHAGAS, 2003, p.136)

Nesse sentido, compreendemos que articular questões relacionadas ao tombamento de um edifício deve ter uma intima relação com os estudos da Memória, na medida em que podem subsidiar uma forma de valoração a elementos que consideramos significativos de nossa realidade.

Entre as reflexões inerentes a este trabalho, procuraremos entender o processo de patrimonialização de casas, para que se torne possível a compreensão da legislação vigente, as motivações, as escolhas, os valores e os agentes que participam do processo de tombamento, com fins de analisar a iniciativa de tombamento da Casa de Clarice Lispector, no centro da Cidade do Recife. Para elucidar de que maneira o processo de tombamento de bens imóveis ocorrem e quais são os critérios para escolha e para quem se direciona o uso desse bem quando patrimonializado, como se dá e qual esfera do governo está responsável por esse processo.

Este trabalho se respalda em processo de tombamento de casas no estado de Pernambuco, buscando apresentar as escolhas adotadas e o posterior uso desses bens culturais, no sentido de compreender a relação de escolhas/valores e usos ao bem cultural. Através de análise comparativa qualitativa fazer um paralelo com o processo de tombamento da casa de Clarice Lispector, atentando para a legislação vigente e o potencial que a sua patrimonialização poderá produzir para a cidade.

Entendemos que é necessário que o Patrimônio Cultural, como uma questão de valor e de ressonância social, represente o que os povos carregam em si como memória individual e coletiva, e que esse bem cultural possa ser incorporado pela sociedade dentro do contexto de sua realidade e seus costumes.

Para que o bem patrimonializado faça sentido, ele precisa ser vivenciado e reconhecido pelos grupos sociais e desta feita assegurar sua identidade cultural. Para Pelegrini

não se pode ignorar as diferenças culturais, pois na diversidade se dá a potência para o convívio em sociedade.

Mas, de todo modo, quando nos referimos ao conceito de patrimônio, apreendido como expressão mais profunda da “alma dos povos” e como “legado vivo” que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às gerações futuras, admitimos que o patrimônio é historicamente construído e conjuga o sentido de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos. Essa lógica da pertença lhes assegura uma identidade cultural, que constitui um suporte precioso para formação do cidadão. No entanto, se considerarmos verdadeira assertiva de que as memórias e referências do passado fundamentam a coesão entre os sujeitos que compartilham sensibilidades, memórias, tradições e histórias, não podemos ignorar que esses mesmos referenciais também evidenciam diferenças culturais que ampliam a compreensão da diversidade como valor essencial para o convívio em sociedade. (PELEGRINI, 2007, p.89)

Alguns patrimônios são juridicamente constituídos e estão tombados, pois podem ser requeridos por grupos sociais, pessoa civil e por parte do governo. Pode haver maior empenho em tornar um bem cultural reconhecido juridicamente, por interesses políticos e econômicos, visto que existem bens, mesmo que reconhecidos não estão inseridos e no ordenamento jurídico, logo se vê que os patrimônios podem ser utilizados para vários propósitos. Como explica Gonçalves:

Os patrimônios podem simultaneamente servir aos propósitos da indústria turística em escala planetária, às estratégias de construção de “identidades”, à formação de subjetividades individuais e coletivas, às reivindicações de natureza política e econômica por parte de grupos sociais, ou ainda a políticas de Estado. Mas em todos esses usos do patrimônio é possível perceber determinados modos de imaginar e gerir as relações entre passado, presente e futuro. (GONÇALVES, 2015, p.218)

Gonçalves (2015) nos aponta os três modos de geração de relações, temos, no caso em análise, a ligação afetiva de Clarice Lispector com a cidade do Recife, sua importância histórica, esses aspectos inerentes ao passado, a preocupação atual com a necessidade de preservação do local, como aspecto do presente, e o uso social a ser dado ao imóvel, como o aspecto do futuro. Considerando, ainda, que esse uso atenderá, conforme projeto, “aos propósitos da indústria turística” (GONÇALVES, 2015, p.218).

Discutiremos sobre como se dá o processo de patrimonialização de casas, com o propósito de compreender a legislação vigente, os motivos pelos quais levam às escolhas destas casas, os valores considerados e os agentes que participam do processo de tombamento. Para atender a este objetivo central, construímos uma metodologia de pesquisa qualitativa com análise de documentos pautados pela legislação vigente que norteia os processos de tombamento na esfera estadual e municipal.

Para esse fim realizamos estudo documental com levantamento de fontes, com destaque para a Legislação Pernambucana Lei No 15.430, de 22 de dezembro de 2014, que criou o Conselho Estadual de Preservação Cultural, e foi regulamentado pelo Decreto nº 41.778, de 27 de maio de 2015, o Manual de Patrimônio da Prefeitura do Recife, publicações do Diário Oficial estadual, outra fonte importante utilizada foi o processo de tombamento da Casa de Clarice Lispector e Exame Técnico constante no referido processo, dentre outros. Alguns destes documentos se encontram digitalizados na internet ou disponibilizados pela FUNDARPE e foram importantes para o desenvolvimento deste estudo.

Concomitante ao trabalho relacionado as fontes, realizamos pesquisa bibliográfica com foco em temas como o tombamento de bens culturais, memória, direito à cidade e museus que possam contribuir na reflexão. Para Gonçalves (2007), o patrimônio é edificado através de um processo social e tem entre suas diversas funções, capacidade de funcionar como conciliador de valores, conceitos e individualidades de grupos sociais, ampliando a visão do indivíduo sobre si e sobre o mundo.

“Na medida em que assim classificados e coletivamente reconhecidos, esses objetos desempenham uma função social e simbólica de mediação entre o passado, o presente e o futuro do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e sua integridade no espaço” (GONÇALVES, 2007, p. 28)

Esperamos que a patrimonialização da Casa de Clarice Lispector permita, conforme Gonçalves(2007), que o imóvel, tornado patrimônio cultural, seja reconhecido coletivamente e que desempenhe sua função social, conciliando os valores da coletividade.

## CAPÍTULO 2 RITO PARA TOMBAMENTO

Para entendermos o processo de tombamento, precisamos analisar o seu conceito, temos:

O tombamento é uma das formas existentes na legislação brasileira para a proteção dos bens com valor cultural (...) Trata-se de um ato do Poder Público no qual se declara que um determinado bem móvel ou imóvel, pelo seu valor cultural, deve ser protegido e preservado. (PAIVA & SOUZA, 2018, p.30)

Observamos algumas características do tombamento, em primeiro lugar a legislação que respalda esse procedimento, a necessidade de um bem imóvel ou móvel ter um valor cultural, essa proteção e preservação é determinado pelo Poder Público. Podemos entender que essa atribuição do tombamento está reservada para uma política de Estado, visto que a legislação estabelece o que é um bem com valor cultural, como também quais procedimentos legais são necessários para a conclusão desse procedimento.

O processo da casa de Clarice Lispector tem a FUNDARPE como órgão responsável pelo tombamento, segue a Legislação Estadual, onde ficam estabelecidos os critérios para a patrimonialização e, consequentemente, a formalização da transformação em patrimônio cultural.

José Reginaldo Gonçalves (2009) discute a questão do patrimônio como forma de categoria de pensamento analisando os muitos significados atribuídos a palavra patrimônio. Existem várias maneiras de se interpretar a palavra patrimônio, sendo a mesma utilizada no cotidiano.

A palavra em si tem os significados conhecidos que são: “o que é considerado como herança familiar, conjunto dos bens familiares, riqueza, preciosidade, bem ou conjunto de bens naturais ou culturais de importância reconhecida que passam por um processo de tombamento para serem protegidos e preservados e conjunto de bens com reconhecimento para um determinado povo ou para humanidade, direitos e obrigações economicamente apreciáveis pertencentes a uma pessoa ou empresa” (Houaiss, 2001, p. 2151).

Segundo Gonçalves (2007), muitas culturas possuem a noção de patrimônio, mesmo não sendo similar à noção conhecida pela modernidade e pelo ocidente. Em outras sociedades esta noção não era estática e estava vinculada à ideia de propriedade, e se misturava com a mesma, que era uma espécie de ampliação da moralidade de seus donos.

Ao processo de transformação de um objeto comum em patrimônio cultural, denominou-se patrimonialização, termo esse designado como forma de separação do termo musealização, além de estabelecer efetivamente o atributo de patrimônio ao que designa:

Patrimonialização descreve melhor, sem dúvida, este princípio, que repousa essencialmente sobre a ideia de preservação de um objeto ou de um lugar, mas que não se aplica ao conjunto do processo museológico.(...) a ideia de patrimonialização impõe-se também à compreensão do estatuto social daquilo que é o patrimônio. (Desvallées & Mairesse, 2013, p.57-p.75)

## **2.1 PATRIMÔNIO:IDENTIDADE OU CONSTRUÇÃO NARRATIVA?**

Scheiner (2004) ao refletir sobre patrimônio cultural problematiza sobre a simbolização do patrimônio. Mostra que os discursos e narrativas podem reforçar a história, sofrerem ação de invenções e adaptações, tendo em vista que depende da percepção de cada indivíduo, é passível de manipulação.

É necessário ficar atento aos discursos e reconhecer as características que estabelecem a identidade e patrimônio em sua essência, na busca da compreensão onde se formam novas ideias do que verdadeiramente pode ser considerado patrimônio. Com o aumento da influência dos vários tipos de mídias de comunicação, houve um considerável aumento no conhecimento da temática do patrimônio, isso acarreta também no aumento da participação popular. E tudo isso acontece no final do século XX, quando se relaciona o patrimônio com outros campos do conhecimento, como, artes, ciências, história, música, etc.

O patrimônio é cada vez mais constituído de afirmação de identidade, enquanto antes era forjado por fora de sua autenticidade. Scheiner (2004) ao citar o autor Garcia Canclini em estudo sobre a América Latina e como pensa o vínculo afetivo dos grupos sociais com o patrimônio, mostra que o patrimônio é a repetição de um conjunto de bens dos mais pobres, diferente do que fala a narrativa do discurso da academia.

São utilizadas duas narrativas do patrimônio que são: a maior importância à identidade dos grupos e o resultado da análise do olhar do outro. O patrimônio nos museus por exemplo, é representado como um signo e torna-se cada vez mais natural enxergar o patrimônio como sendo indissociável da identidade. Mesmo não sendo possível desvincular o patrimônio da identidade, será que os grupos sociais se sentem representados pelas escolhas das casas patrimonializadas em Pernambuco?

A autora descreve que o início da discussão da sistematização da classificação do patrimônio histórico inicia-se de forma burocrática e com tendência ao autoritarismo. Vale salientar que não existia uma participação efetiva de diversos seguimentos da sociedade. Uma minoria, que por assim dizer, detinha o poder político e econômico decidia o que se fazia

necessário para considerar um bem como patrimônio nacional, e quem decidia o que é patrimônio ou não.

Privilegiando uma parte das expressões culturais como cultura essencialmente nacional, com obras ligadas a arte erudita. E essa discussão se deu ao longo da década de 1930 até a década de 1980. Nesse período surgiu o SPHAN que durante sua trajetória apresentou diferentes nomeações e forma de estruturação e atualmente é conhecido por IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CHUVA, 1993).

Passa-se a associar a ideia de patrimônio com a ideia de natureza, então surge o argumento que o IPHAN usaria como oficial, surgem também cursos na área patrimonial e agencias com discursos que atribuíram os fundamentos do patrimônio nacional. O IPHAN pode ser compreendido por meio dos discursos de seus dois presidentes em momentos distintos da história, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, no período de 1937 a 1968, com ponto de vista bem conservador a respeito de patrimônio, enquanto Aluízio Magalhães, no período de 1979 a 1982, que mostrou um ponto de vista até certo ponto mais a frente quando fala de patrimônio imaterial. sem citar o termo que foi apresentado na Mesa Redonda de Santiago no Chile em 1972, de certo modo ignorando o que ficou estabelecido neste evento.

No período em que ocorreu esta mesa redonda, surgiam vários movimentos sociais e meio a regimes ditoriais na América Latina. E esta vem com o objetivo de propostas que ajudassem a resolver os inúmeros problemas que ocorriam neste momento. Faz um balanço sobre os problemas enfrentados – sobretudo o nos países em desenvolvimento – no meio urbano e rural, e percebe que poderiam ser resolvidos se as comunidades fossem instruídas sobre suas questões científicas, sociais, culturais, econômicos e políticos. Onde o museu vai funcionar como coadjuvante na formação da consciência política e sua importância social.

Segundo o nosso entendimento no processo de tombamento da casa de Clarice Lispector há uma construção de narrativa, pois esse iniciou-se a partir da solicitação da Fundação Joaquim Nabuco na pessoa de seu presidente Luiz Otávio Cavalcanti. O mesmo enviou um ofício para a Fundarpe endereçado à Márcia Souto, presidente da instituição. Alegando sobre a relevância de Clarice Lispector para a literatura moderna brasileira. Dentre os seus argumentos também estão o fato, de a autora ter residido parte de sua vida na referida casa localizada no nº 387, na esquina da Rua do Aragão com a Travessa do Veras no bairro da Boa Vista. Salientou o fato de a mesma encontrar-se em estado avançado de degradação. Ao tomar conhecimento da situação, procurou a Santa Casa de Misericórdia que é a

proprietária do imóvel. Através de sua representante, Rilani Algranti, constatou a existência de um projeto voltado para a restauração do imóvel.

O projeto foi desenvolvido pela arquiteta Lia Rafael Santos e sua sugestão é de transformar do bem, em um memorial à Clarice. Os principais argumentos para o restauro são, ter sido a residência da escritora, por ainda manter características arquitetônicas em várias partes (no contexto urbano). Em 31/01/2020 o referido projeto obteve aprovação na GGPPC/Fundarpe. De posse deste projeto o presidente da Fundaj que o entregou ao então Ministro da cultura, Roberto Freire. A referida instituição também solicita que sejam realizados estudos, imprescindíveis para o tombamento, para tanto se respalda na Lei federal 9784/99.

No dia 31 de outubro de 2017 foi publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco o edital de tombamento da Casa de Clarice Lispector, a ser realizado pela Fundarpe, com abertura do processo registrado como SECULT nº 09/2017.

A partir deste período se inicia o estudo onde é realizado o exame técnico. Este foi realizado por Nilson Rocha Cordeiro, historiador e Gestor Ambiental da Unidade de Preservação FUNDARPE; Rosa Bonfim, arquiteta e urbanista, Chefe da Unidade de Preservação e Cristiane Feitosa, arquiteta e urbanista da Unidade de Preservação (Unidade de Preservação da FUNDARPE).

O exame técnico tem como objetivo analisar os aspectos histórico, físico e arquitetônico. O exame foi dividido em duas partes principais: análise histórica; e análise física e arquitetônica. A primeira parte que trata da historiografia, analisa a cidade do Recife e os imigrantes, visto que a origem judia da família Lispector, relatando o crescimento acelerado da cidade que se dava por meio da industrialização, assim se tornando mais atrativa para imigrantes.

No segundo momento discorre sobre a Praça Maciel Pinheiro, onde descreve a origem e posição geográfica que se encontrava no núcleo do comércio dos judeus no centro da cidade do Recife. O tópico seguinte descreve a biografia da escritora e o Recife em suas obras, além de descrever suas experiências e sentimentos por esta cidade.

No tópico “O sobrado nº387, Praça Maciel Pinheiro: um espaço de história e onde a história e a memória”, traz em sua argumentação que a passagem de Clarice pelo Recife, reflete no imaginário popular até os dias atuais, em seguida reconhece que a escritora ainda é pouco conhecida de um grande público. Mesmo assim sua casa é tida como um monumento para seus admiradores. Menciona que grupos de intelectuais, escritores e poetas buscaram difundir a história de sua presença na cidade.

A análise física e arquitetônica é realizada e pautada na contextualização urbana, onde retrata além de sua localização, estilo arquitetônico e as características dos imóveis que compõem o entorno. Por ser um imóvel do século XIX em estilo colonial, faz parte de um conjunto arquitetônico que ainda mantém suas características originais, além de estar localizado no entorno da Igreja Matriz da Boa Vista.

Porém, o sobrado 387 sofreu algumas alterações em seu telhado que antes possuía quatro águas para se adequar à legislação municipal, esta passou a proibir que as águas pluviais fossem jogadas nos passeios. Essa mudança não é considerada substancialmente suficiente para que a casa perca seu *status* de originalidade. Na figura 1 têm-se a imagem da casa antes de passar por intervenções no t

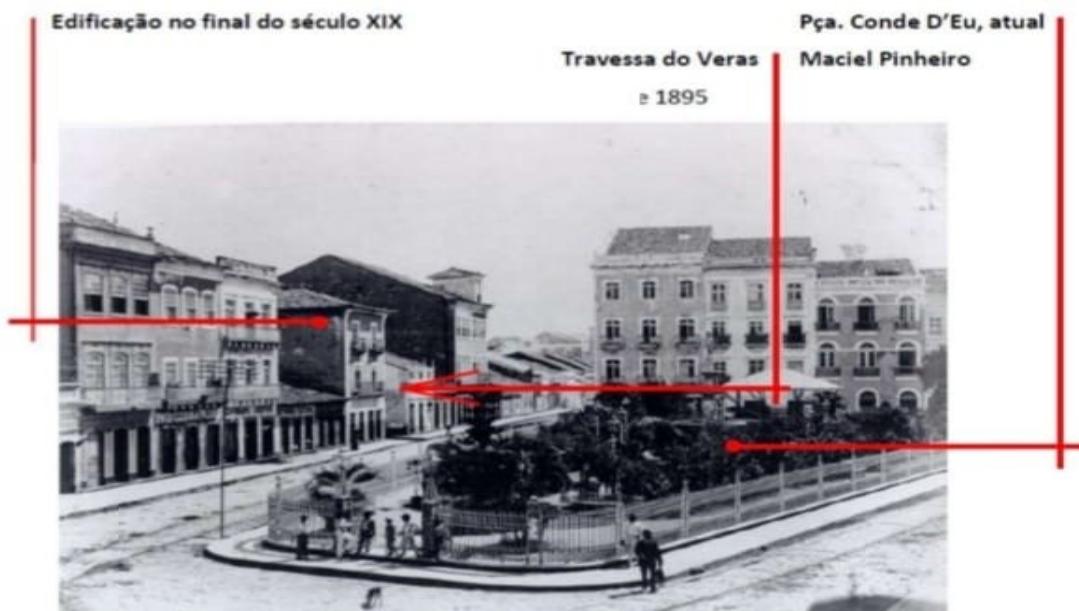


Figura 1 - Sobrado Nº 387, em 1895. Fonte: Exame Técnico Tombamento da Casa de Clarice Lispector 2020.



Figura 2 – Foto panorâmica da Praça Maciel Pinheiro e o sobrado Nº 387 com as adequações do telhado. Fonte: Exame Técnico Tombamento da Casa de Clarice Lispector 2020. Foto de Benício Dias – Museu da Cidade do Recife. Foto s/d.

Em âmbito federal a casa de Clarice Lispector está situada na Poligonal de Entorno do Monumento, que foi aprovado na centésima décima reunião do Conselho Consultivo do IPHAN em 30 de agosto de 1989. Em âmbito municipal está situada no Polígono de Preservação rigorosa e no Polígono de Preservação Ambiental.

Também está protegida como Imóvel Especial de Preservação – IEP, regida pela Lei 16.248/96<sup>1</sup> que estabelece quais os imóveis no município do Recife podem ser considerados IEP – atualmente tem o total de 154 – a prefeitura garante incentivo, compensações e outras providências por intermédio de seus proprietários. (DPPC, 2022).

No tocante à casa de Clarice Lispector mesmo estando salvaguardada por lei municipal e com garantia de incentivos, chegou ao nível de degradação atual. Por que deixar o imóvel se deteriorar tanto para então fazer um projeto de restauro e buscar mecanismos para a execução?

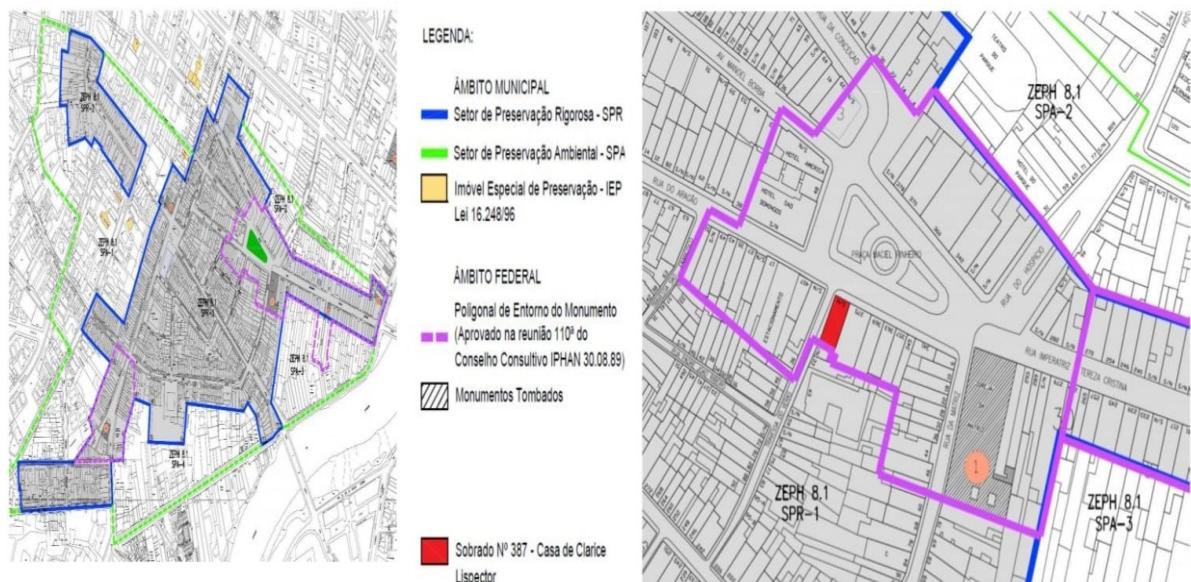


Figura 3 e 4 – Mapa da ZEPH – 8 e Mapa da ZEPH ampliado, Bairro da boa Vista, 2007 – Prefeitura da Cidade do Recife – PCR. Fonte: Exame Técnico Tombamento da Casa de Clarice Lispector 2020.

A Praça Maciel Pinheiro está localizada frontalmente ao sobrado nº387, e seu chafariz está submetido, até o momento a um processo de tombamento pela FUNDARPE, Processo nº21/2017.

No exame técnico fica explicitado os diversos aspectos que caracterizaram o desenvolvimento da cidade, entre eles a construção da Ponte da Boa Vista, no final da rua da

<sup>1</sup> Apesar de o Exame Técnico Tombamento da Casa de Clarice Lispector conter Lei 16.248/96, o correto é Lei 16.248/ 97. Fonte: <https://dppc.recife.pe.gov.br>.

Imperatriz, acontecimento determinante para o aumento das moradias e consequentemente do comércio.

No exame técnico foram anexadas matérias jornalísticas, que apresentaram alguns aspectos do pedido de tombamento da casa de Clarice Lispector, publicadas nos jornais **Folha de Pernambuco** e **Diario de Pernambuco** respectivamente nos dias 7 e 8 de novembro de 2017.

## 2.2 RELEVÂNCIA HISTÓRICA E ARQUITETÔNICA

Segundo Daher (2012) o conceito de história cultural é construído com a utilização dos conceitos e de modelos historiográficos, os quais servem de ferramenta de apoio na formação dos diagnósticos de pesquisa de dos campos de atuação. Os modelos têm como tema central a forma historiográfica utilizada na história cultural Francesa.

A autora baseando-se em Poulot, entende que o patrimônio está intimamente ligado à identidade social, e isso se dá por meio dos esforços de instituições culturais apoiada pelo poder público. Para que haja eficácia nesse pensamento é necessário que existam leis específicas que suplantem as necessidades reais de conservar a memória por meio da patrimonialização.

A produção cultural é uma via de mão dupla no que se refere ao produtor propriamente dito e o consumidor, pois o ator que consome, ao fazê-lo o faz produzindo cultura. A apropriação do que é patrimônio se dá por meio de julgamento da relevância sócio- histórica do bem, dito patrimonial.

A arquitetura aparece como ator principal nos processos de patrimonialização, deixando evidente que o patrimônio material é considerado de maior importância na sociedade francesa, pode-se ver semelhança no modo brasileiro de patrimonializar. A patrimonialização e tombamento é realizada considerando mais a estética das edificações do que mesmo o seu valor sócio-histórico. Onde a sociedade passa a ver o bem patrimonializado como seu, sendo parte se sua história cultural.

## CAPÍTULO 3 – O RECIFE ESTÁ NA MEMÓRIA DE CLARICE, MAS CLARICE ESTÁ NA MEMÓRIA DO RECIFE?

### 3.1 DIAS MELHORES

A família Lispector, de origem judia, saiu da Ucrânia para escapar do antisemitismo que neste período se alastrava por toda Europa. Era um período de várias guerras, revoluções, e acontecimentos marcantes. O continente estava se recuperando da pandemia da gripe espanhola, vinha do final da Primeira Guerra Mundial, que desencadeou a ascensão do nazismo, na Alemanha, o fascismo na Itália.

Os Lispector conseguiram fugir com um grupo de judeus, e vieram para o Brasil chegando em 1922. Naquele momento, o mundo estava em transformação e as guerras e revoluções na Europa que refletia a transição do século XIX para o XX. A industrialização se expandindo um novo contexto de ideal sociopolítico-econômico, todos esses aspectos contribuem para a dispersão de vários povos, à procura de locais mais seguros.

Os Lispector deixaram a Ucrânia de vez em 1921, indo para a Moldávia, depois para a Romênia, tendo em 1922 conseguido uma “carta de chamada”, no caso, um passaporte russo para o Brasil. A fuga dos judeus deu-se por toda a Europa, pela África, América e para a Ásia, no caso, a China. (LIRA, 2018)

Foram acolhidos no estado de Alagoas por Zaina irmã de Mania, mãe de Clarice, na cidade Maceió e lá viveram por volta de três anos. Clarice com dois anos, era a mais nova de três irmãs. O fato de estarem refugiados fez com que o pai trocasse seus nomes para nomes comuns a este país, conservando apenas o sobrenome Lispector. Ele e sua esposa que antes se chamavam Pinkouss e Mania passaram a se chamar Pedro e Marieta, e suas filhas antes Chaya, Leah e Tanya, a partir de então seriam Clarice, Elisa e Tania, respectivamente.



Figura 5 - A família Lispector. Da esquerda para a direita: Marieta, Clarice e Pedro (sentados); Elisa e Tania (em pé). Recife, década de 1920. Fonte: Exame Técnico Tombamento da Casa de Clarice Lispector 2020.

Era um período de busca pela identidade nacional e tomou grande estímulo na Semana de Arte Moderna ocorrida em 1922, provocou o imaginário da modernidade. O porto do recife recebia vários navios vindos da Europa e muitos destes traziam imigrantes dentre ele os judeus que fugiam da perseguição que se alargava, a maioria deles ficava na cidade, dando origem a comunidade judia do recife. O bairro da Boa vista tinha um comércio efervescente ao passo que já era um bairro residencial, e desta forma era propício para que os judeus conseguissem trabalhar como mascate, como era chamado na época o vendedor ambulante, com pai de Clarice não foi diferente.

A chegada da família Lispector em Recife se deu antes da II Guerra Mundial, época em que a Praça Maciel Pinheiro era o centro da comunidade judaica traduzido em iídiche, língua nativa deles, para pletzele. Ali estavam presentes um comércio forte de ‘lojas de móveis’, ‘loja de roupas prontas’, ‘armarinho’, e a ‘loja de tecidos’. Mascate era uma profissão comum para os judeus recém-chegados, como foi o caso do pai de Clarice Lispector. (LIRA, 2018)

No início do século XX o modo de vida urbano era vivenciado no bairro da Boa Vista pessoas nas ruas no comércio e a caminhar pelas calçadas. Esse costume de caminhar era um modo de vida moderno. Os trilhos do bonde vinha pela rua da Imperatriz e passava na Praça Maciel Pinheiro pela rua do Aragão dando mais acessibilidade e aumentando o fluxo de pessoas que frequentava o comércio e a praça.

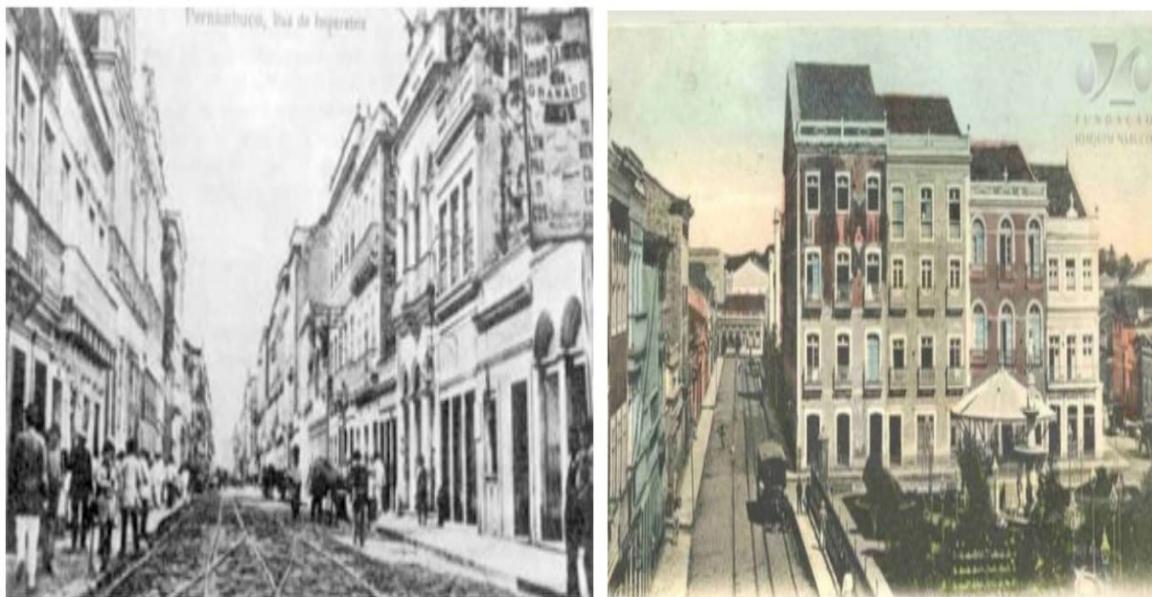


Figura 6 e 7 – Rua da Imperatriz s/d, provavelmente início do século XX; e Posta da Praça Maciel Pinheiro, s/d. Detalhe da linha do bonde, coreto e fonte em frente ao sobrado Nº 387. Fonte: Exame Técnico Tombamento da Casa de Clarice Lispector 2020.

### 3.2 O BAIRRO DA BOA VISTA, UMA EXTENSÃO DE CASA

A Praça Maciel Pinheiro foi construída para celebração da vitória do Brasil na guerra do Paraguai no ano de 1870, foi lhe dado nome de Conde D'Eu. Também era conhecida como Largo da Matriz ou Largo do Aterro. Antes de ser construída existia em seu local um chafariz. Era um ponto de encontro dos judeus e dos moradores do entorno, faziam bastante uso da praça. (EXAME TÉCNICO, 2020).

Ainda muito pequena chegou para morar no sobrado Nº 387 em frente à praça e lá residiu até os doze anos de idade. Em sua obra ela tece suas memórias das aventuras que viveu, com vasto o sentimento por viver neste local. Essa tessitura pode ser percebida em vários trechos de sua obra, como mostra em “Felicidade Clandestina”, por exemplo:

Boquiaberta, saí devagar, mas em breve a esperança de novo me tomava toda e eu recomeçava na rua a andar pulando, que era o meu modo estranho de andar pelas ruas de Recife. Dessa vez nem caí: guiava-me a promessa do livro, o dia seguinte viria, os dias seguintes seriam mais tarde a minha vida inteira, o amor pelo mundo me esperava, andei pulando pelas ruas como sempre e não caí nenhuma vez. (ISPECTOR, 1998, p. 9)

Na infância passou por dificuldades com a vida simples e de poucos recursos, mas o que realmente a entristecia era a doença da mãe. Na Ucrânia havia uma superstição que se uma

mulher estivesse doente e desse à luz a uma criança ficaria curada, porém isso não aconteceu e Clarice carregou essa culpa por toda vida (Moser, 2013).

E sinto até hoje essa carga de culpa: fizeram-me para uma missão determinada e eu falhei. Como se contassem comigo nas trincheiras de uma guerra e eu tivesse desertado. Sei que meus pais me perdoaram eu ter nascido em vão e tê-los traído na grande esperança. Mas eu, eu não me perdoo. Queria que simplesmente se tivesse feito um milagre: eu nascer e curar minha mãe. (MOSER, 2013, p. 57)

Também retratou a condição da saúde de sua mãe no conto “Restos de carnaval”:

Não me fantasiavam: no meio das preocupações com minha mãe doente, ninguém em casa tinha cabeça para carnaval de criança. Mas eu pedia a uma de minhas irmãs para enrolar aqueles meus cabelos lisos que me causavam tanto desgosto e tinha então a vaidade de possuir cabelos frisados pelo menos durante três dias por ano. (LISPECTOR, 1998 p.15)

Ao chegar em Pernambuco foi matriculada no Grupo Escolar João Barbalho ainda com 5 anos de idade e lá estudou e em 1930, mesmo ano em que Marieta, sua mãe, morrera aos 41 anos. Clarice com dez anos passa a estudar no Colégio Hebraico-Idish-Brasileiro<sup>2</sup> e no qual termina o terceiro ano primário. No ano seguinte após aprovação no exame de admissão passa a estudar no Ginásio Pernambucano junto com sua irmã Tania e sua prima Bertha, respectivamente, na ocasião da matrícula seu pai declara que ela nascera na Rússia.

Neste período a família não mais morava no sobrado Nº 387 da esquina do Veras, tendo morado na Rua da Imperatriz Nº 21 e posteriormente na Avenida Conde da Boa Vista Nº 178, esta última já sendo de propriedade da família. O quarto ano ginásial fez no Rio de Janeiro no colégio Silvio Leite, pois, para onde mudou-se a família no ano de 1936.

Foi aprovada para o curso complementar do colégio Andrews em 1939, declarou no ato da matrícula que era nascida em Pernambuco.

Ao concluir o complementar em 1939, prontamente começa o curso de Direito na Faculdade Nacional de Direito. Concluiu o curso em 1943, porém a colação de grau fora adiada por 9 anos.

---

<sup>2</sup> Embora no Exame Técnico conste esse nome, observamos que o nome correto é Colégio Hebreu Idish, atualmente com o nome de Colégio Israelita Moyses Chvartz. (OLIVEIRA, 2008)

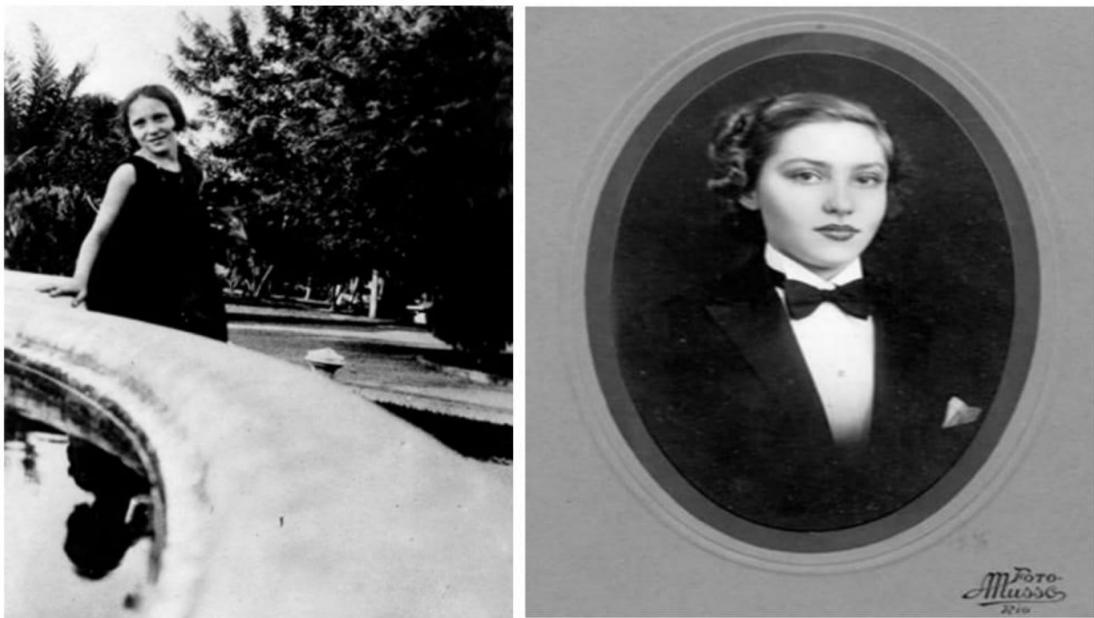


Figura 8 e 9 – Clarice Lispector na Praça do Derby em 1930; Foto de formatura do ginasial do colégio Silvio Leite em 1936. Fonte: Exame Técnico Tombamento da Casa de Clarice Lispector 2020.

Ainda na infância a Clarice arvora-se em sua carreira literária, na tentativa de publicar vários contos no “Diário das Crianças” do jornal **Diario de Pernambuco**, porém nenhum de seus contos foi publicado.

Na adolescência por volta dos seus 14 ou 15 anos Clarice teve um conto aceito na revista “**Vamos Ler**” (Borelli, 1981). Apesar da imprensa ter considerado que seu primeiro trabalho publicado tenha sido “Triunfo” com quase 20 anos de em 25 de maio 1940 no idade, Seminário Pan,

Casa-se com o diplomata Maury Gurgel em 23 de janeiro de 1943, no mesmo ano mudou-se para a cidade de Nápoles na Itália. Em virtude do marido ter sido designado para servir como vice-cônsul. Já em sua nova residência conclui “O Lustre” seu segundo romance, quase ao mesmo tempo ganha o Prêmio Graça Aranha como melhor romance de 1943, com seu primeiro livro.

Sua volta ao Brasil ocorre após 6 anos, volta novamente por motivo de trabalho do marido. Na viagem de volta para o Rio de Janeiro aproveita para passar no Recife para visitar os parentes e rever os lugares que viveu e vivos estão em sua memória.

Passaram apenas dois meses, e logo seguem em viagem rumo aos Estados Unidos da América e lá permanecem por sete anos.

Após a separação do marido em 1959, retorna ao Brasil com os dois filhos e vai morar com sua irmã Tania durante um mês, em seguida muda-se para o Leme. A partir de então

passa a escrever colunas feminas para os jornais **Diario da Noite e Correio da Manhã** com o objetivo de completar sua renda.

Publicou o livro “Laços de Família” em 1960, amanhã conseguido uma editora. O que a levaria no ano seguinte receber o **PRÊMIO JABUTI**, da Câmara Brasileira do Livro.

Tem seus contos e crônicas publicados na coluna “Children’s Corner” da seção “Sr. & Cia.”, revista **SENHOR**. Esses textos publicados deram origem ao livro “A Legião Estrangeira”, que fora lançado dois anos após. Nesse mesmo período foi à Polônia em visita ao ex-marido com seus filhos. No decorrer da viagem é convidada à visitar a União Soviética para ter contato com suas origens, todavia ela recusa o convite, e endossa que daquele lugar saíra no colo, não poria seus pés naquele chão.

Na crônica “O Manifesto da Cidade (1974), fica quase cristalina a expressão da memória pelo Recife e o quanto as memórias essa a afeta, como se estivesse enraizada em Clarice.

“Este o rio. Eis a Penitenciária. Eis o relógio. É Recife [...] Estou vendo cada vez mais claro: esta é a casa, a minha, a ponte, o rio, a Penitenciária, os blocos quadrados de edifícios, a escadaria deserta de mim”. (MOSER, 2013, p. 154)

No ano de 1976 veio ao Recife para participar de uma conferência no auditório do Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe) seria sua última viagem em vida. Neste momento justamente se hospedou no Hotel São Domingos, então localizado na Praça Maciel Pinheiro. Na companhia de sua amiga Olga Borelli sentou-se no banco da praça e puseram-se a observar o sobrado onde Clarice morou parte de sua infância. Ao ser questionada sobre a época que viveu no recife e responde convicta, “Está todo vivo em mim”. (MOSER, 2013, p. 102).

### **3.3 - TOMBOU, E AGORA?**

Aos 23 de setembro de 2021 foi publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco o DECRETO Nº 51.432, DE 22 DE SETEMBRO DE 2021, onde governador do estado Paulo Câmara, decreta tombamento da casa em que residiu Clarice Lispector.

Após este decreto o imóvel está tombado, e por conseguinte passa a ser um bem cultural no âmbito estadual, visto que já era um Imóvel Especial de Preservação no âmbito municipal. Entendemos que de agora em diante ganha uma maior força política para a execução do projeto de restauro, que em 31/01/2020 foi aprovado pela Gerência Geral de Preservação do Patrimônio Cultural GGPPC/ Fundarpe.

Porém não há como mensurar até que ponto a vontade política garantirá a realização em tempo hábil, para evitar que a ação do tempo possa degradar a edificação de modo a ser mais difícil o trabalho restaurativo e evitar uma possível deteriorização de modo irreversível. O projeto desenvolvido pela arquiteta Lia Rafael Santos sugere que o imóvel seja transformado em um memorial à Clarice Este como espaço de memória, poderia trazer alguns benefícios ao entorno, no sentido de valorização do retorno à de um espaço de convivência entre os visitantes do memorial, da Praça Maciel Pinheiro e adjacências. A praça também encontra-se em estado de abandono, no entanto há em tramitação um processo de tombamento de seu chafariz.

Como mecanismo cultural o memorial possivelmente trará benefícios para a cidade, no que tange ao setor do turismo, como mercadoria cultural e no aspecto econômico é positivo, este setor movimenta a economia. Segundo José Reginaldo Gonçalves os discursos das políticas do patrimônio estão de algum modo interligadas a uma rede de mercado, o que em discursos anteriores chegavam a representar certo perigo no sentido do bem perder sua originalidade por estar servindo ao comércio cultural. Neste sentido detalha sua visão dos novos discursos:

Curiosamente, nos discursos modernistas do patrimônio, o turismo sempre foi classificado como uma fonte de perigo, algo que deveria ser mantido à distância, na medida em que se pretendesse que o patrimônio não perdesse sua “autenticidade”. Se uma determinada concepção de “autenticidade” estava associada à hegemonia e à centralidade do Estado nacional na formulação e implementação de políticas de patrimônio, essa concepção parece alterar-se em função da nova configuração institucional que vem se desenhando a partir das últimas décadas do século XX. Na atualidade, esses discursos parecem evidenciar concepções de “autenticidade” em que a ênfase é colocada não mais exclusivamente numa relação orgânica com o passado nacional, mas na própria possibilidade presente (ou “presentista”) de reprodução social de diversos passados. O patrimônio oscila entre a história nacional e as memórias coletivas. (GONÇALVES, 1998, p. 220)

Para a população da cidade o Memorial à Clarice pode trazer benefícios no que diz respeito à populização de sua obra, que talvez não seja ainda bem difundida nas escolas e meios de comunicação de massa. Esperamos que este venha servir como referência para visitação turística, mas, sobretudo como mecanismo de representatividade e de identidade cultural, possivelmente existente na população, e a formação através do contato casa em si e das obras de da autora para quem venha a ter contato com o espaço. E que então possa ser criado um espaço amplo e que não se torne um espaço elitizado.

Cria-se expectativas diversas, sempre visando um funcionamento que beneficie a memória, mas também tenha recursos para se manter em seus usos, mas estes podem seguir por outro caminho e as vezes não se tem o prometido por inteiro como nos diz:

Os patrimônios sempre prometem algo mais do que eles mesmos prometem a experiência de realidade ausente, distante, e que nos acena por meios de seus fragmentos – em outras palavras, trazem sempre uma promessa não cumprida de totalização.GONÇALVES (1988 p. 244).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho discutiu a relevância da patrimonialização de bens culturais imóveis por meio do processo de tombamento, através da análise do processo de tombamento da Casa de Clarice Lispector. Realizado à luz da legislação vigente no âmbito estadual, porém sem deixar de mencionar a legislação federal que norteia a legislação estadual e municipal. Concluímos por meio dos mecanismos do processo que todo ele se deu sem consulta ou outra forma de participação popular.

Mesmo contendo na redação da apresentação do exame técnico realizado para estruturar o processo, a afirmação em considerar as relações simbólicas, sociais afetivas existentes entre o bem no contexto da materialidade local histórica e urbanística. Efetivamente não é demonstrado interesse em comprovar a importância afetiva do bem como elemento da memória enquanto identidade e representatividade da sociedade civil do entorno do sobrado.

Fica visível que os fatores históricos na relação afetiva da escritora com a cidade do Recife, e arquitetônicos voltados para um grupo restrito de intelectuais da academia e políticos foram deliberativos. Embora o processo tenha o apoio de pessoas influentes na sociedade, a casa foi tombada há quase dois anos, e há quase três anos teve aprovado junto à Fundarpe um projeto de reforma e restauro, porém ainda não tem data prevista para o início das obras. O descaso com a preservação da casa continua, mesmo estando salvaguardada por vários mecanismos de proteção previstos em lei.

O Recife está presente de maneira marcante na memória de Clarice, em algumas das suas obras, em algumas entrevistas ela também se refere à cidade. No entanto, a presença de Clarice na memória do Recife se resume ao meio intelectual que a cultua e, como consequência intercede junto ao poder público, seja ele Executivo ou Legislativo, para que essa memória seja preservada.

Se faz necessária a participação da sociedade civil de forma efetiva na escolha de bens a serem patrimonializados, pois desta maneira suas memórias e identidades estariam de fato representadas. Sendo assim, possivelmente haveria uma maior movimentação e empenho em cobrar junto aos órgãos competentes a manutenção e um direcionamento dos usos para os imóveis tombados. Consequentemente poderia resultar em benefícios para a cidade tanto no âmbito cultural quanto econômico.

Essa atuação dos intelectuais permitiu que houvesse o processo de tombamento da casa de Clarice Lispector, por exemplo, e outras homenagens, como a instalação de sua estátua na

Praça Maciel Pinheiro ou a promulgação da Lei Estadual 17.012 de 10 de agosto de 2020 que declarou a escritora Patrona da Literatura Pernambucana.

Para que pudéssemos medir até que ponto Clarice está presente na memória da população recifense, seria necessário um aprofundamento nesse sentido, por intermédio de uma pesquisa mais aprofundada, medida a ser adotada em possível futuro trabalho de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

- CHAGAS, Mário. (orgs.). **Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: a sociogênese das práticas de preservação do patrimônio no Brasil (anos 1930 -1940).** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- DESVALLEÉS, André & MAIRESSE, François. **Conceitos-Caves de Museologia.** Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, Pinacoteca do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura. São Paulo, 2013.
- GONÇALVES, José Reginaldo. **Os limites do patrimônio.** Estudos Históricos, vol. 1, n°. 2, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Teorias Antropológicas e Objetos Materiais.** In: Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio. Rio de Janeiro: 2007.
- \_\_\_\_\_. **Os museus e a cidade.** In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org), Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. 2ª edição, Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- \_\_\_\_\_. **O mal estar do patrimônio: identidade, tempo e destruição.** Estudos Históricos. vol. 28, no 55, Rio de Janeiro, 2015.
- HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.
- LIRA, Caroline Ferreira Freire Andrade. **Memória e patrimônio no Recife - uma análise do projeto de museu da Casa de Clarice Lispector.** Trabalho de Conclusão de Curso de Museologia, UFPE. Recife, 2018.
- LISPECTOR, Clarice. **Felicidade Clandestina: Contos.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.
- MOSER, Benjamin. **Clarice, uma biografia.** 2º ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- OLIVEIRA, Maria de Lourdes Fernandes Campos de. **Uma Bandeira Museal para o Espaço Pasárgada.** Recife, 2020.
- OLIVEIRA, Yolanda Maria de. **O Colégio Israelita Moysés Chvarts: tradição e construção da identidade judaica recifense.** Dissertação de Mestrado em Educação UFPE, 2008.
- PAIVA, Carlos Magno de Souza; SOUZA, André Henrique Macieira. **Manual para quem vive em casas tombadas,** 1ª edição – Ouro Preto (MG): Livraria & Editora Graphar, 2018.
- PELEGRIINI, Sandra CA. **O patrimônio cultural no discurso e na lei: trajetórias do debate sobre a preservação no Brasil.** Patrimônio e Memória, v. 2, n. 2, p. 54-77, 2007.

SECULT - Portal da Cultura Pernambucana, **Patrimônio Cultural, Material**. Disponível em:  
<http://www.cultura.pe.gov.br/pagina/patrimonio-cultural/material/tombamento/> >. Acesso  
em 25 Out.2020.

DEPARTAMENTO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL -  
<https://dppc.recife.pe.gov.br/legislacao-iep> Acesso em 10 Mai.2022.